

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A gênese de um conflito ambiental. O caso dos empreendimentos florestais na metade sul do Rio Grande Sul - Brasil .

Patrícia Binkowski.

Cita:

Patrícia Binkowski (2009). *A gênese de um conflito ambiental. O caso dos empreendimentos florestais na metade sul do Rio Grande Sul - Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1097>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A gênese de um conflito ambiental

**O caso dos empreendimentos
florestais na metade sul
do Rio Grande Sul - Brasil**

Patrícia Binkowski

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
patinski77@yahoo.com.br.*

Jalcione Almeida

*Professor e pesquisador do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Pesquisador CNPq.
jal@ufrgs.br.*

RESUMO

No cenário atual brasileiro, o Rio Grande do Sul é marcadamente um dos estados protagonistas nas lutas em prol da conservação e preservação do meio ambiente. Essa característica marcou os últimos 40 anos com importantes conflitos ambientais como, por exemplo, a luta em prol da

reforma agrária, as campanhas contra a utilização de agrotóxicos, as discussões em torno da “agricultura alternativa”, dos organismos geneticamente modificados e, mais recentemente, o debate dos novos empreendimentos de silvicultura na “Metade Sul” do estado. A partir de 2004, o Governo Estadual passa a priorizar políticas de incentivo ao setor de base florestal, com o intuito principal de transformar o Estado no mais novo polo florestal do País. Nesse sentido, originaram-se políticas para fomentar a atividade de silvicultura no estado, provindas tanto do setor público quanto do privado. Esta região tem sido vista como prioritária para esses investimentos florestais, que supostamente visam ao "desenvolvimento", visto que se caracteriza por apresentar historicamente um baixo desenvolvimento econômico e social. Neste espaço encontra-se um importante bioma chamado Pampa, que no Brasil ocorre somente no Rio Grande do Sul, e é compartilhado com Argentina e Uruguai. Esse bioma apresenta um papel importante na conservação da biodiversidade, com uma riqueza de flora e fauna ainda pouco pesquisadas. A Metade Sul assume importância redobrada a partir do momento que passa a ser o território das ações das políticas florestais estaduais e também a região escolhida pelas empresas para o estabelecimento dos plantios de eucalipto, configurando assim o cerne de um conflito ambiental. O debate em torno deste tema teve início através do viés ecológico, em que ambientalistas se mostravam preocupados com a preservação do Bioma Pampa. No entanto, ao longo do tempo, as inquietações e indagações foram tomando outros rumos. Atualmente são feitas críticas por representantes de organizações não-governamentais (ONG's) e movimentos sociais, os quais têm alertado para possíveis impactos sociais e culturais deste processo. Nesse sentido, ocorrem mobilizações visando à legitimação social no processo de estabelecimento de novas áreas de cultivos de eucalipto, onde se constata uma diversidade de interesses e atores envolvidos. Assim, o Rio Grande do Sul torna-se palco de um debate onde existem oposições de discursos, divergências de ideias e disputas de interesses entre diferentes grupos, demarcando o início de um conflito ambiental. Neste texto busca-se identificar as significações do conflito através das representações, esquemas de percepções e ideias que organizam as diferentes visões de mundo em confronto.

1. INTRODUÇÃO

No atual cenário brasileiro, o Rio Grande do Sul é marcadamente um dos estados protagonistas na luta em prol da conservação e preservação do meio ambiente. No início da década de 1970, com a modernização da agricultura, surgiram os primeiros impactos ao meio ambiente, entre eles, poluição dos rios e fontes de água, erosão do solo, desmatamento.

Em função desse contexto socioambiental, formado a partir das transformações acarretadas pela “Revolução Verde”, constituíram-se os primeiros movimentos ambientalistas no Rio Grande do Sul. A constituição desses movimentos aconteceu em uma época onde o RS era considerado o “celeiro” do Brasil, voltado para a adoção de novas tecnologias, alcançando-se a altos índices de produção e produtividade. Sobressaiam-se as produções de grãos como trigo, soja, arroz e milho, além da atividade pecuária.

Na esteira das políticas de modernização da agricultura gaúcha, Almeida (1989) comenta que se constituíram polaridades no cenário gaúcho, entre aqueles adeptos das “ideias do progresso” e os vinculados às “ideias de preservação”. À época, as ideias defendidas pelos primeiros foram incentivadas pela assistência técnica e extensão rural, ensino técnico agrícola/agronômico, pelas instituições de pesquisa e absorvida por certos agricultores. As segundas elaboradas pelas instituições “alternativas” com o objetivo de introduzir na agricultura “estratégias de subversão ao módulo imposto pela modernização. (ALMEIDA, 1989, p.10).

Durante os últimos 40 anos essas divergências entre os adeptos do desenvolvimentismo e aqueles que lutam pela preservação e conservação dos recursos naturais têm configurado vários conflitos no panorama gaúcho. O mais recente instaurou-se em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na região da “Metade Sul” do RS. Inicialmente, o viés adotado no debate se deu em função de causas ambientais. O debate foi baseado, principalmente, na argumentação dos ambientalistas, que diziam que os cultivos de eucalipto na região da “Metade Sul” acarretariam a perda de biodiversidade do bioma lá localizado. Em um segundo momento, outro viés incorporou-se ao debate, o das possíveis transformações nas dinâmicas sociais que tais cultivos poderiam causar para as populações locais.

Nessa direção, ocorreram mobilizações visando à legitimação social no processo de estabelecimento de novas áreas de cultivos de eucalipto, onde se constata uma diversidade de interesses e atores envolvidos. Assim, o Rio Grande do Sul torna-se palco de um debate onde existem oposições de discursos, divergências de ideias e disputas de interesses entre diferentes grupos, demarcando o início de um conflito ambiental. Neste texto buscam-se identificar as significações do conflito através das representações, esquemas de percepções e ideias que organizam as diferentes visões de mundo em confronto.

2. DOS CONFLITOS RURAIS AOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO RS

Os últimos 40 anos no RS foram marcados por alguns conflitos rurais como as lutas em prol da reforma agrária, as campanhas contra a utilização de agrotóxicos, as discussões em torno da agricultura alternativa, a liberação dos cultivos de soja transgênica, suscitando a discussão das biotecnologias e, mais recentemente, o debate em torno dos novos empreendimentos de silvicultura na “Metade Sul” do estado¹. Dentre estes exemplos é possível identificar que as controvérsias entre as ideias modernizadoras *versus* os ideais de preservação constituem-se ainda o cerne da questão dos conflitos ambientais ocorridos no RS.

O trabalho de Almeida (1989) serve de base para entender o contexto social e político dos conflitos engendrados na história rural recente do Rio Grande do Sul. A figura 1 tomou como fonte o trabalho citado anteriormente e apresenta de forma resumida os principais conflitos que marcaram o cenário rio-grandense. Outros dois conflitos, mais recentes, a liberação da soja transgênica (final da década de 1990) e a expansão da silvicultura de eucalipto (a partir de 2005) foram agregados à figura.

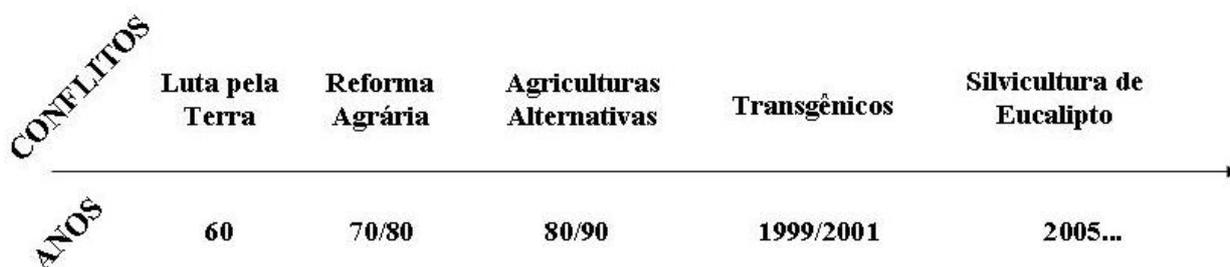


FIGURA 1. O histórico de lutas no meio rural e conflitos ambientais no Rio Grande do Sul.
Fonte: Adaptado de Almeida (1989).

No contexto geral, esses conflitos trazem consigo elementos importantes, que geralmente são marcados “pela crítica aos aspectos da estrutura socioeconômica que possuem impacto destrutivo direto sobre a natureza” (ALMEIDA, 1989, p.118). Nessa mesma linha, Gerhardt (2002, p.141) evidencia o quanto a sociedade preocupa-se com o meio onde está inserida e que se o histórico de conflitos no RS for averiguado, constata-se a “possibilidade interessante de perceber as transformações ambientais que se processam no decorrer do tempo”.

¹ Segundo o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD), com pesquisa em andamento na região, a “Metade Sul” seria o território da porção sul do RS dentro dos limites de uma linha imaginária que corta o estado de Oeste a Leste, dividindo-o em porção Sul e Norte. Essa Linha sairia do município de Garruchos (Oeste) até próximo do município de Palmares do Sul (Leste). (GRIMAD, 2009).

Os movimentos contestatórios no meio rural tiveram origem nas primeiras “lutas” ocorridas no RS, como por exemplo, a luta pela terra que ocorreu nos anos 1960 e, desde lá, se organizaram em prol da construção de um “novo modelo de agricultura, desenvolvimento e de sociedade”.

A gênese do conflito ambiental em torno da silvicultura de eucalipto apresenta aspectos semelhantes à gênese dos conflitos rurais citados anteriormente. É possível averiguar nesses conflitos, por exemplo, a existência de diferentes discursos sobre o desenvolvimento, as relações de poder existentes entre os atores sociais, o Estado como gestor e regulador de políticas públicas, entre outros elementos.

Segundo Acselrad (2004, p.23) os conflitos surgem em função das relações de poder existentes em dois espaços sociais. O primeiro espaço é o da “distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de ‘capital’”, ou seja, a capacidade dos indivíduos de terem acesso a solo, água, recursos vivos, e isso se configuraria no acesso ao “capital material”. Esse “capital” teria direta influência sobre mecanismos político-jurídicos do meio ambiente e sobre sistemas econômicos competitivos. O segundo espaço delimitado pelo autor é onde se “confrontam representações, esquemas de percepção e ideias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço”. O autor complementa que através do segundo espaço é que as disputas ocorrerão através de afirmações de diferentes significações. É nestas relações de poder existentes entre os atores desses dois espaços que surge o conflito em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto no RS.

Dentro dessa perspectiva, Hannigan (1995), em sua abordagem *construcionista*, considera que a principal análise a ser realizada é com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo. Portanto, para o autor, no que diz respeito à questão ambiental, os problemas ambientais não existem por si só, mas constituem o resultado de um processo de construção social multifacetado.

Fuks (2001, p.17) realça que os problemas ambientais existirão a partir do momento que consideramos que a sua enunciação como problema social está localizada em grupos específicos e que esta enunciação torna-se objeto de disputa em vários fóruns. Como bem ressalta Hannigan (1995, p.11), os problemas ambientais não se materializam por eles próprios, eles devem ser construídos por indivíduos e organizações.

3. OS ELEMENTOS INTRÍNSECOS AO CONFLITO AMBIENTAL EM TORNO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO NO RS

Em função da constatação anterior feita por Fuks, a expansão dos projetos de cultivos de eucalipto no RS confirma-se enquanto um problema ambiental, pois foi enunciado por grupos específicos, que tentavam legitimar opiniões, tornando-se este o objeto de disputa nas diversas arenas do debate público. Portanto, faz-se necessário identificar os elementos essenciais que originaram este conflito ambiental, entre eles, quem são os atores sociais, suas formas de legitimação e os discursos e significações em torno do conflito.

Os incentivos para o setor florestal do Governo do Estado para atrair investimentos são traduzidos basicamente em vantagens fiscais e fomentos financeiros. Entre os anos de 1967 e 1987 foram feitos grandes investimentos no sentido de elevar a produção florestal brasileira. A partir dos anos 2000, o Governo Federal iniciou uma nova investida na área florestal, com intuito de re-estimular o setor, que havia passado por uma crise no final dos anos 1980 e início dos 1990.

A proposta do estado do RS em tornar-se competitivo no setor florestal surgiu em 2004, no então governo Germano Rigotto. Nesse contexto, o governo estadual criou programas de incentivo financeiro, voltados para o cultivo de eucalipto, principalmente, direcionados aos produtores da “Metade Sul” do estado. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), através da Caixa RS² é um dos exemplos de fomento à produção de eucalipto por parte do Governo Estadual da época. Segundo os idealizadores do PROFLORA, o intuito principal das medidas é a geração de renda e emprego em regiões menos desenvolvidas do estado.

Assim, as empresas florestadoras se instalaram no estado, atraídas pelo mote dos incentivos fiscais, assim como também pelas vantajosas características ambientais. Nesse contexto, três grandes empresas florestadoras passaram a investir diretamente na “Metade Sul” do RS: a Votorantin Celulose e Papel (VCP), a Stora Enso e a Aracruz Celulose³. A intenção, declarada por essas empresas, para a implantação destes empreendimentos no Rio Grande do Sul se atém ao menor custo de produção e mão de obra e nas condições climáticas adequadas para o desenvolvimento vegetativo dessa arbórea exótica.

² CAIXA/RS é uma empresa de fomento onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante, 49%, são privadas.

³ Cabe ressaltar que existem outras empresas do setor florestal instaladas no RS, porém, nesse trabalho considerou-se as empresas que desenvolvem, exclusivamente, a eucaliptocultura e o montante de investimentos realizados no estado. A empresa Aracruz Celulose, localizada no município de Guaíba, se instalou no estado no ano de 2003, após comprar a Riocell, pertencente anteriormente ao Grupo Klabin.

3.1 Os Atores Sociais e as Arenas Públicas de Debate

No leque de certezas e incertezas suscitado a partir das dinâmicas relações sociais dos atores e no embate que ocorre entre eles, Barbanti (2002, p.13) salienta que um conflito se origina em função da construção das relações sociais:

Trata-se de uma dimensão cognitiva que configura determinadas questões como um “conflito” e, especificamente, como “ambiental”. Ou seja, um conflito não é algo dado em si, existente, mas sim construído nas relações sociais. A dinâmica de características individuais, dos indivíduos envolvidos em um conflito é fundamental para o entendimento do mesmo [...]. Ou seja, para se entender de fato um conflito é necessário olhar-se para quem está em conflito [...].

E quem são os atores deste conflito? Na arena pública de conflito que se configurou no RS, é possível identificar diversos atores sociais mobilizados, como pode ser visualizado na figura abaixo.



FIGURA 2. Arena pública em torno do conflito ambiental gerado a partir da implantação de novos cultivos de eucalipto no RS.

O espaço onde o debate (e o conflito) ocorrem é chamado de arena pública. Segundo Fuks (2000; 2001), é um espaço dentro do conflito onde se argumenta, se elabora e se veicula versões alternativas a respeito do problema, partindo-se da ideia de que para existir um conflito os atores divergem ideias e interesses. Fuks (2001, p.46-47) descreve a arena pública como uma arena argumentativa onde:

[...] os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate. [...] ela emerge da disputa sediada em espaços específicos, entre

uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e o silêncio de outros.

3.2 A Conflitualidade e Significações dos Discursos

O desejo de instalação de um polo florestal no RS, firmado por empresas florestadoras e com o aval do Estado, desencadeou na sociedade um debate polêmico em torno do tema. De um lado, as empresas florestadoras expandiam as áreas de cultivos de eucalipto na “Metade Sul”, incentivando também pequenos, médios e grandes produtores a integrarem-se à atividade. Como ente motivador encontra-se o Estado que passa a alimentar o debate público através do discurso do “desenvolvimento regional”. Através da mídia impressa e televisiva o Governo do RS impulsiona o mercado de produção de eucalipto. Já no campo científico, iniciaram-se disputas visando à legitimação de determinadas opiniões.

Dentre as justificativas do Estado encontrava-se o argumento de que essa atividade traria desenvolvimento econômico, geralmente traduzido como mais empregos, arrecadação de impostos e melhoria da infraestrutura local para regiões cuja produção agrícola e pecuária vem se enfraquecendo ao longo dos anos. Do outro lado do debate estão grupos ambientalistas, organizações não-governamentais (ONG's) e movimentos sociais do campo e da cidade, preocupados com a perda da biodiversidade que o plantio de eucalipto em grande escala poderia acarretar ao bioma pampa. Outra inquietação alegada por esses grupos provinha das transformações sociais que poderiam acontecer com a população daquela região, assim como as ocorridas em outros estados como o Espírito Santo e Minas Gerais onde o cultivo dessa arbórea foi introduzido há mais tempo.

Desde o início da investida das empresas florestadoras na eucaliptocultura no estado, nunca foi mistério que o foco principal destes projetos era a “Metade Sul”. Percebe-se isso através do próprio discurso do governo estadual de que a silvicultura é a atividade que poderá trazer desenvolvimento regional para as regiões desaceleradas economicamente. De longa data se tem conhecimento que a “Metade Sul” do estado não apresenta bons resultados sociais e econômicos, refletidos, particularmente, em baixos índices do PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No discurso das empresas florestais e do Estado, os argumentos são de que a presença da atividade na região aumentaria substancialmente tais índices e que isso refletiria em desenvolvimento.

Outro mote polêmico dentro do debate sobre os estabelecimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul do RS, se faz em torno da preservação do bioma Pampa, conhecido também como Campos Sulinos, e definido por sua vegetação de campo e relevo de planície, caracterizado por planícies vastas e abertas, vegetação densa, arbustiva e arbórea nas encostas e ao longo dos cursos de água, além de haver a ocorrência de banhados (CHOMENKO, 2006). São áreas amplas que oferecem pastagens naturais para animais de pastoreio, onde as principais espécies agrícolas alimentares foram obtidas das gramíneas naturais através da seleção natural (ODUM, 2004). No território brasileiro o bioma Pampa está localizado na “Metade Sul” do RS, apresentando em torno de 176 mil Km² (IBGE, 2006), o que equivale a 63% do território. O bioma Pampa ocupa uma área de aproximadamente 700 mil Km², compartilhados entre Brasil, Argentina e Uruguai. Somente na porção brasileira do Pampa a biodiversidade de fauna e flora é estimada em 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos (NABINGER, 2007; BILENCA & MIÑARRO, 2004).

Segundo os atores sociais contrários à expansão da silvicultura, o uso do solo com cultivos comerciais de eucalipto poderia acarretar transformações radicais nas condições de luz, umidade, estrutura do hábitat e disponibilidade de alimento influenciando diretamente as espécies da fauna que são menos tolerantes a mudanças. Para alguns pesquisadores o “desenvolvimento econômico desenfreado”, ou seja, não sustentável do ponto de vista ambiental, estaria pondo em risco tais espécies da fauna:

O bioma Pampa já apresenta passivos ambientais que, pela difícil reversibilidade, são considerados graves, tais como a arenização de extensas áreas, a alteração da fauna e flora nativas pela invasão de espécies exóticas e a supressão de extensas áreas com ecossistemas nativos (campos, banhados e matas) para uso agropecuário. (IBAMA, 2007).⁴

Em contrapartida, as empresas florestadoras em seus projetos destacam a importância da preservação do bioma Pampa nos estudos de impacto ambiental e lançam mão de programas específicos que tratam da fauna e da flora da região, além de preservarem os 20% de reserva legal que é exigido na legislação. Segundo Alves (2007), engenheira florestal da empresa Aracruz Celulose, o cuidado com o meio ambiente só é possível através

(...) do planejamento das áreas a serem manejadas, mediante a delimitação de áreas protegidas, implementação de ações para recuperação dos inúmeros passivos ambientais encontrados e emprego das melhores técnicas de cultivo, que visam à conservação do solo, à racionalidade no uso

⁴ Grupo de Trabalho Bioma Pampa, criado no âmbito do IBAMA para discutir o Zoneamento Ambiental da Silvicultura no estado do Rio Grande do Sul.

da água e ao respeito aos trabalhadores e comunidades envolvidas⁵.

Outro ponto sustentado pelos ambientalistas é a utilização do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS), elaborado pelo Grupo de Trabalho da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (FEPAM e FZB⁶). O ZAS é um instrumento de gestão que possibilita a avaliação de forma integrada da vulnerabilidade dos ambientes e que regraria a implantação da atividade no RS.

Na polêmica em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul” existe dois importantes atores sociais que têm voz nesse conflito: os cientistas e os meios de comunicação social. Os argumentos científicos parecem permear a todo o momento a arena pública do debate, buscando legitimar tanto os discursos favoráveis quanto os contrários à expansão da atividade florestal no RS. Já os meios de comunicação social são os responsáveis por difundirem os discursos públicos. No entanto, Hannigan (2000, p.83) chama a atenção quanto à forma como uma notícia é repassada. O autor comenta que é uma ilusão achar que certas questões e acontecimentos repassados pela mídia são destituídos de “sentido” e “significado”.

A crítica estabelecida pelos movimentos contestatórios à expansão da silvicultura de eucalipto é que os meios de comunicação, mesmo analisando o tema sob vários aspectos (seja no campo social, político, ambiental, econômico, científico e/ou jurídico), o enfoque divulgado é sempre o mesmo: econômico.

Em um exercício de análise do conteúdo dos discursos dos atores sociais mobilizados em torno do conflito ambiental configurado no RS, realizaram-se pesquisas em reportagens de jornais gaúchos do ano de 2007. Deste modo, constataram-se alguns pares de oposições que foram mais frequentes nas reportagens pesquisadas (Tabela 1).

TABELA 1. Pares de oposições encontrados nos discursos dos atores sociais mobilizados nas arenas públicas em torno da eucaliptocultura no RS.

Atores Sociais	
“a favor”	“contestatórios”
Reflorestamento, florestamento	Monocultivos de eucalipto
Desenvolvimento	Impactos sociais e ambientais
Autonomia do produtor	Dependência do produtor
Flexibilização	Restrição

Fonte: Zero Hora e Correio do Povo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul – 2007.

A constatação a partir deste pares de oposições citados acima é que os atores sociais, contestatórios

⁵ Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU *On-Line*. Projetos da Aracruz Celulose modificarão o pampa gaúcho? 10 de dezembro de 2007, p.23.

⁶ Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler e Fundação Zoobotânica.

ou favoráveis, procuram impor uma verdade única, tentando legitimar o seu discurso em torno do conflito gerado no RS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo de “construção social multifacetado” (HANNIGAN, 1995) é possível constatar que o conflito ambiental em torno da expansão da silvicultura do eucalipto no RS gira em torno das divergências existentes entre os atores sociais que sustentam ideias “desenvolvimentistas” e atores que defendem ideias de preservação e conservação do meio ambiente.

No campo das “ideias de desenvolvimento” desempenham papel importante atores como o Estado e as empresas florestadoras, enquanto que no campo das “ideias preservacionistas/conservacionistas” encontram-se os grupos ambientalistas e os movimentos sociais. Percebe-se que cada lado se utiliza de diferentes armas na tentativa de impor concepções e práticas para a legitimação dos seus discursos dentro do conflito.

Nessa arena pública de debate e conflito, onde os atores sociais mobilizam-se para garantir uma verdade legítima em relação aos cultivos de eucalipto, é que se originou recentemente um conflito ambiental no RS.

Referências

- ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, J. Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, 1989. 274p. Dissertação de mestrado.
- ALVES, M. K. Pampa: uma fronteira em extinção. Revista do Instituto Humanitas Unisinos – Ihu On Line. 10 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=876&id_edicao=275>. Acesso em: 28 abr. 2009.
- BARBANTI, O. Jr.. Conflitos Socioambientais: teorias e práticas. In: Anais Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade. Trabalho Apresentado. Indaiatuba, 2002.
- BILENCA, D.; MIÑARRO, F. Identificación de áreas valiosas de pastizales en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y Brasil.. Buenos Aires: Fundação Vida Silvestre Argentina, 351p. 2004.
- CHOMENKO, L. Implantação de monoculturas: o desenvolvimento na metade sul do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2009.
- FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Anais.... Petrópolis (RJ). Out/2000.
- FUKS, M. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.
- GERHARDT, C. H. Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática” ambiental em agro-eco-sistemas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2002. 512p. Dissertação de Mestrado.
- GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - GRIMAD. Desenvolvimento Rural na ‘Metade Sul’ do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais – Ano 2008. Estudo preliminar, pesquisa em andamento. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/grimad/>>. Acesso em: fevereiro, 2009.
- HANNIGAN, J. A. Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1995. 271 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados e Mapas bioma Pampa. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>. Acesso em: 12 mai. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Manifestação da Equipe Técnica do IBAMA – Grupo de Trabalho do Bioma Pampa – Sobre o Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul aprovado pelo CONSEMA (Resolução nº. 187/2008). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/wp-content/files/MANIFESTA%C3%87%C3%83O%20DA%20EQUIPE%20T%C3%89CNICA%20DO%20IBAMA.pdf>>. Acesso em: fevereiro, 2009.
- NABINGER, C. Potencialidades do Bioma Pampa. Apresentação. In: Seminário Internacional Pampa & Sustentabilidade: em busca de opções produtivas. Pelotas/RS, 2007.
- ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekuian, 2004.
- SILVEIRA, C. A. Significados sociais das biotecnologias: interesses e disputas em torno dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2004. 169p. Dissertação de Mestrado.